

UM PROJETO PEDAGÓGICO NA EJA: NA CONSTRUÇÃO DE OUTRA HISTÓRIA EM BUSCA DE NOSSAS ORIGENS

Roselita Soares de Faria¹

Aparecida Dias Terras Gomes²

Resumo: Este relato de experiência tem como objetivo apresentar um projeto pedagógico que buscou a efetivação da Lei nº 10639/03 em uma instituição de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A experiência culminou na publicação de uma revista intitulada “Em busca de nossas origens”. O projeto ganhou, em 2008, o prêmio Paulo Freire organizado pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e se tornou referência para a instituição na construção de seu projeto político pedagógico visando atender as diretrizes da educação para as relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no cumprimento da citada lei. O relato apresenta uma análise do percurso dos educandos e educadores por meio dos 71 textos que compõem a revista. Eles revelam uma mudança pessoal frente às questões estudadas e aos desafios enfrentados tanto na construção do projeto no grupo de educadores como na mediação dos debates em sala de aula.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Projeto político pedagógico. Currículo.

Introdução

A educação para as relações étnico-raciais nas escolas não representa somente uma mudança nos aspectos relacionados ao ensino e à aprendizagem, mas também a um novo olhar para os estudantes, suas realidades e histórias de vida. É nesse processo de busca pela construção de outras narrativas visando compreender quem são os educandos e quem são os educadores, que se insere o projeto apresentado.

Em busca de nossas origens foi desenvolvido em uma escola municipal de Belo Horizonte ao longo dos anos de 2006 e 2007. Seu percurso está registrado em uma revista com o mesmo nome, com tiragem de 1500 exemplares, escrita e editada pelos educandos e educadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da instituição. O projeto tem relevância para a história da EJA na capital mineira visto que, em 2008, alcançou o primeiro lugar no prêmio, Paulo Freire, na categoria Diversidade Cultural e Promoção da Igualdade Racial.

¹ Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Básica. Professora da Rede Municipal de Belo Horizonte na E. M. “Gracy Vianna Lage” e-mail: rfroselita36@gmail.com

² Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Professora da Rede Estadual do Espírito Santo no CEEFMTI “Manoel Duarte da Cunha” e-mail: cidaterras@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é apresentar um relato do projeto pedagógico *Em busca de nossas origens*, desenvolvido na EJA, nos anos 2006 e 2007, em uma escola municipal de Belo Horizonte, cujo registro foi feito em uma publicação editada pela instituição. Tal projeto teve como ponto de partida o reconhecimento da história de vida dos sujeitos estudantes para o desenvolvimento das questões apresentadas na Lei nº 10.639/2003.

Na primeira parte deste trabalho, será apresentada a metodologia utilizada para compor o presente relato e as análises feitas a partir da experiência da escola. Na segunda parte, acrescenta-se o referencial teórico que embasa a prática escolar e as análises dessas por parte das pesquisadoras. Na terceira parte, listam-se os registros apresentados pelos estudantes que avaliam o processo vivenciado bem como as análises realizadas a partir desses relatos. E por fim, apresentar-se-á as considerações finais tendo em vista a contribuição da prática relatada para entender o contexto histórico daquele momento e pensar outros projetos com a mesma temática.

1 Metodologia

Para o levantamento dos dados que compõe este relato de experiência, foi realizada uma pesquisa documental com base na publicação já referida. Extraíu-se do documento o percurso realizado pelo corpo docente e discente para a construção e implementação do projeto.

Para a composição das análises, foi feita uma revisão de literatura tendo como referencial: Arroyo (2006), Lino (2005), Santana (2011), Freire (1989) juntamente com a análise de documentos oficiais como o Plano Estratégico Institucional 2020-2023 do Ministério da Educação (MEC) (2020), o parecer do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH) nº 083/04 e a Resolução CME/BH nº 003 (2004), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e a Lei nº 10.639/2003. Foram analisadas também publicações realizadas pelo governo municipal de Belo Horizonte que corroboram para as ações empenhadas pela escola em análise.

2 Fundamentação teórica

Um ano depois em que o governo sancionou a Lei nº 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Tais diretrizes apontavam para a necessidade urgente de se reconhecer e adotar políticas articuladas de valorização da diversidade nos diversos níveis educacionais (BRASIL, 2004).

Nesse mesmo ano, o Conselho Municipal de Educação publicou as diretrizes municipais destacando a importância do desenvolvimento de projetos pedagógicos com o objetivo de desenvolver ações para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. As diretrizes visam também promover a superação do racismo, contribuindo assim para “*com a construção de outra história*” (BELO HORIZONTE, 2004, p. 07). Mais tarde, em 2009, Chimamanda Ngozi Adichie, em uma palestra para o TED (2009) alertou para o “perigo de uma história única”. A educação de jovens e adultos precisa ser um marco na vida dos sujeitos de forma a permitir que, não somente, outras histórias sejam construídas, mas que muitas histórias possam ser contadas e recontadas. Contar outras histórias é dar voz a todos os sujeitos e escutar outros pontos de vista.

Já a Resolução CME/BH nº 003 estabelece que as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como princípios que visam a “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando estabelecer relações étnico-raciais positivas, na perspectiva da construção de uma nação democrática” (BELO HORIZONTE, 2004, art. 2º). Destaca-se assim, a importância do desenvolvimento de ações tendo em vista a educação para as relações étnico-raciais para consolidar a democracia do país. Esta mesma democracia ainda em construção que tanto se discute atualmente e que parece estar sempre ameaçada precisa ser pautada por meio do respeito à diversidade.

Cabe ressaltar que o contexto atual do Ministério da Educação (MEC) nos impele a defender que tal temática não seja negligenciada. Isso porque no plano estratégico do MEC 2020-2023 não há menção à expressão *étnico-racial* e nem à palavra *diversidade* (BRASIL, 2020). Teme-se que tal fato represente um retrocesso nos avanços oriundos da Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.465/2008.



Miguel Arroyo (2006) destaca a importância da compreensão da identidade dos estudantes da EJA como ponto de partida para a estruturação da prática pedagógica. Sendo assim, retroceder na questão da educação para as relações étnico-raciais nas escolas é desconsiderar a identidade dos educandos e sua relação com o conhecimento.

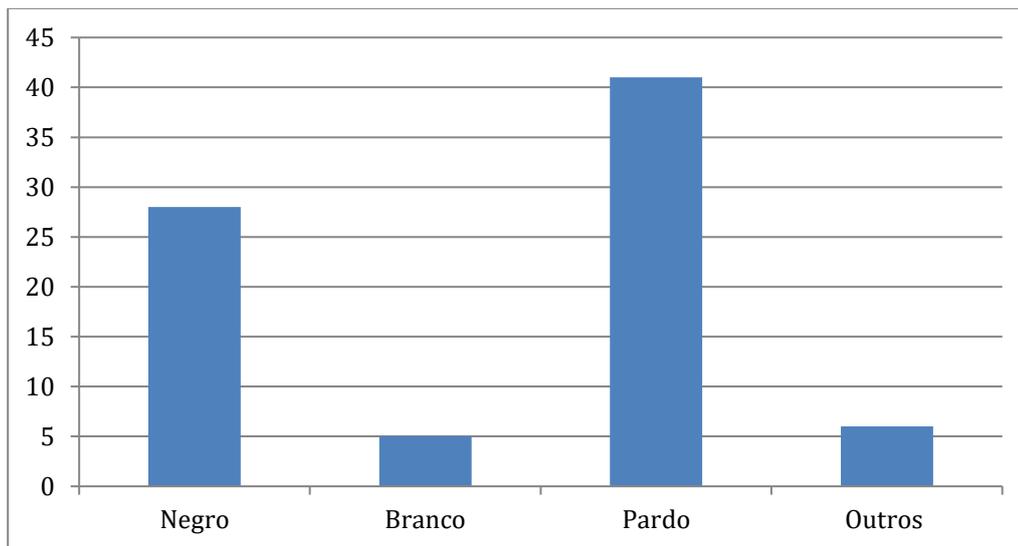
Nilma Lino Gomes (2005) aponta também que é necessário que haja o entendimento de forma teórico e vivencial das questões que envolvem o racismo, a discriminação racial e o preconceito para que os professores possam intervir no cotidiano escolar. Sabe-se que as duas ideias propostas pelos estudiosos passam pelos investimentos nas políticas de formação de professores no âmbito das relações étnico-raciais e no fortalecimento das práticas já existentes.

4 Resultados e discussão

O ponto de partida para o projeto foi a seleção de um professor da escola contemplado com uma pós-graduação em História da África e Cultura Afro-brasileira na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com a prefeitura de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2007). O docente deveria apresentar como trabalho final de curso um projeto realizado no seu local de trabalho. A equipe de educadores optou, então, pela criação de um projeto coletivo, envolvendo estudantes, coordenação e equipe gestora da escola.

No primeiro momento, os estudantes escreveram uma autobiografia em formato de carta e construíram sua árvore genealógica. Cada aluno escolheu um parente distante para o envio da carta, que contava sua história de vida. Foi realizada uma roda de leitura com esse material, a fim de que eles percebessem os pontos em comuns e as diferenças entre as suas histórias. Além disso, os alunos foram convidados a refletir sobre a importância e pertinência da Lei nº 10.639/2003 em suas vidas. Em um segundo momento, foi construído e aplicado um questionário étnico-social para o levantamento do perfil do grupo.

Gráfico 1- Etnia segundo auto-identificação.



Fonte: Revista “Em busca de nossas origens”.

No terceiro momento, o foco voltou-se para o estudo dos aspectos do continente africano e sua multiplicidade cultural e étnica. Como estratégia, foram exibidos e estudados vários documentários e filmes: *África antes da colonização europeia* (1996), *Hotel Ruanda* (2004), *Kiriku e a Feiticeira* (1998), *Os negros querem falar* (1994), *O poder de um jovem* (1992) e *Sarafina! O som da liberdade* (1992). Antes da exibição, os filmes eram contextualizados e os alunos consultados sobre o interesse em assistirem às obras. Além desse material, foram estudados textos sobre personalidades negras, máscaras e simbologia da cultura africana.

Como parte do quarto momento, foram ministradas palestras com integrantes do movimento negro. As diretrizes nacionais e municipais ressaltam a importância da escola conhecer e estabelecer um diálogo com o movimento negro presente na comunidade. Esta ação visa à elaboração de um “projeto comum de combate ao racismo e a discriminação” (BRASIL, 2004, p. 15). A história da educação para adultos também está ligada a história do Movimento Negro no Brasil. Patrícia Santana, pesquisadora e professora da rede municipal de Belo Horizonte, chama a atenção para este fato:

Não é sem razão que há muito tempo a educação tem sido pautada na agenda política do Movimento Negro brasileiro. Principalmente a partir da década de 1930, associações afro-brasileiras já defendiam a necessidade de escolarização para a população negra. Nessa época, a Frente Negra Brasileira mantinha nas dependências de sua sede cursos de alfabetização para adultos (SANTANA, 2011, p. 11).



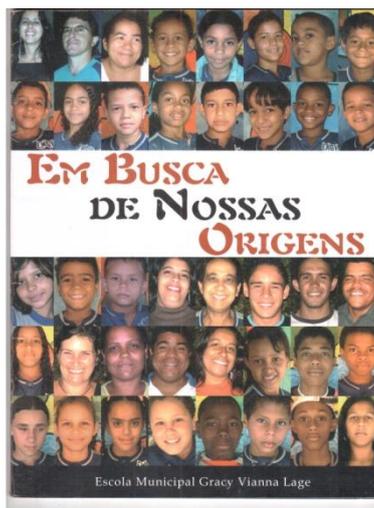
Os alunos também estudaram, naquele momento, textos sobre o processo de escravidão e suas formas de resistência, como a capoeira, que foi vivenciada na escola em colaboração com o movimento negro local. Para complementar as reflexões das temáticas discutidas, foram exibidos o documentário *A negação do Brasil* (2000) e os filmes *Macunaíma* (1969), *Quanto vale ou é por quilo* (1998), *Quilombo* (1984), *Uma onda no ar* (2002) e *Vista minha pele* (2003).

A exibição de obras cinematográficas é um recurso pedagógico importante para fomentar o debate e contextualizar as atividades. Percebe-se ainda o potencial dos filmes para a contextualização de temas difíceis de serem abordados em sala de aula contribuindo na argumentação tanto de professores quanto de alunos. As diretrizes nacionais trabalham para valorização da cultura afro-brasileira bem como para combater o racismo “demanda mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras” (BRASIL, 2004, p. 12). Essas amarras não são fáceis de serem desatadas, e causam polêmicas em sala de aula.

O projeto que construiu o mito da democracia racial no Brasil foi articulado de tal maneira a perpetuar uma visão preconceituosa na mente das pessoas. É tarefa exigente para o corpo docente trabalhar com essas questões. A arte cinematográfica colabora para que outros pontos de vista sejam debatidos.

Nota-se que a revista publicada pela escola é composta de 71 textos de alunos, distribuídos em diversos gêneros textuais. Nesses inscritos, os educandos reconhecem que o trabalho desenvolvido provocou uma mudança pessoal representada na forma de dar outros significados as falas, posturas, “brincadeiras” presentes no dia a dia. Os textos chamam a atenção para um verdadeiro desvelar de uma realidade de racismo e discriminação antes velada ou tida como normais. Sendo assim, uma atitude em desenvolvimento é a capacidade de questionar certas realidades como falas, posturas, ideias e pensamentos que escondem racismo e falta de respeito à diversidade. Neste contexto, os professores são aqueles que reconhecem, com o trabalho desenvolvido, a construção de um pensamento crítico para mediar os debates e situações concretas na realidade escolar. Cabe ressaltar que a organização da EJA na Rede Municipal de Belo Horizonte dedica, às sextas-feiras, para o planejamento e estudo entre os professores, sendo esses momentos fundamentais para a construção de uma prática docente mais efetiva às necessidades de aprendizagens dos sujeitos.

Figura 1- Capa da revista Em busca de nossas origens



Fonte: Arquivo pessoal

Os textos destacam também, os desafios enfrentados pelos professores e educandos da EJA da instituição pesquisada. No texto de abertura da revista, uma professora destacou o processo como “investigativo, revelador e divulgador de sonhos concretizados” (Em busca de nossas origens, 2007, p. 2). O trecho revela que a aprendizagem aconteceu para ambos, educadores e docentes. Afinal, imersos na cultura, o mito da democracia racial no Brasil, afeta a todos em suas subjetividades. Trabalhar com as questões que envolvem as relações étnico-raciais, o reconhecimento e o conhecimento da cultura africana e afro-brasileira é tarefa exigente, pois afeta estruturas de pensamentos construídas na história de vida das pessoas. Assim, a construção de um projeto coletivo é por vez dolorosa, demanda maturidade no debate, em se reconhecer como ser em construção constante.

Diante disso, Paulo Freire (1989, p. 42) afirma que reorganizar a velha sociedade não é tarefa fácil. “Por isso, não se cria a sociedade nova da noite para o dia, nem a sociedade nova aparece por acaso. A nova sociedade vai surgindo com as transformações profundas que a velha sociedade vai sofrendo”, isto implica em dizer que, o ofício é árduo e demanda esforço de toda a sociedade, desde o mais jovem até o mais velho, pois no contexto atual, não há espaço para pensamentos racistas, preconceituosos e intolerantes.

Enfim, construir essa nova sociedade perpassa por uma complexa conscientização a começar por ações que demandam amorosidade, diálogo, empatia e solidariedade. É necessário se colocar no lugar do outro para sentir a dor que o outro sente.

4 Considerações finais

O projeto coletivo construído pela instituição pesquisada mostra-se como ponto importante na história de vida de educandos e educadores. Nesse processo ambos se depararam com pensamentos construídos com base no modo de se verem em uma única história contada por um único ponto de vista: do branco colonizador. O projeto desenvolvido constituiu um desafio tanto para equipe docente quanto para os discentes. Para os primeiros, o desafio do planejamento coletivo e a necessidade de trabalhar as questões estudadas no ponto de vista pessoal foram primordiais, a fim de construírem argumentos para o trabalho com os educandos. Para o corpo discente, o desafio de construir um senso crítico diante de posturas, falas, pensamentos arraigados também foi essencial para desconstrução de tais pensamentos.

O percurso dos educadores se intensifica a partir da formação em serviço proporcionada por uma política de formação continuada. A dinâmica apresentada na formação exige a aplicabilidade junto aos estudantes da teoria estudada. O grupo faz uma opção de envolvimento conjunto frente à necessidade de construir um projeto e avançar a discussão na instituição. Houve, portanto, uma série de fatores supracitados que contribuíram para o projeto desenvolvido. Foram pontos importantes para a efetivação da lei 10639/2003 na EJA e, conseqüentemente, na Educação Básica.

Referências

ARROYO, M. G. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, L. **Formação de Educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica; SECADMEC; UNESCO, 2006. Disponível em:
http://forumeja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos_.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

BELO HORIZONTE. **Prefeitura seleciona professores para curso de pós-graduação**. Poder Executivo, Ano XXVI, Edição nº 2879, 4 de julho de 2007. Disponível em:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=961964>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social. **Resolução CME/BH nº 003**, de 20 de novembro de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana. Ano XXVI, Edição nº 2271, 30 de dezembro de 2004. Disponível em:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=927579>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jun. 2004

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 jan. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-veto-13762-pl.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Estratégico Institucional 2020 -2023**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ acesso_informacao/pdf/plano_estrategico_mec_2020_2023.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

ESCOLA MUNICIPAL GRACY VIANNA LAGE. **Em busca de nossas origens. E. M. Gracy Vianna Lage**. Belo Horizonte: Editora Bêtanía, 2008.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler** - em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v 4). 49 páginas. Disponível em <://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,. 2005. p. 143-154. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf . Acesso em: 20 jun. 2020.

O PERIGO da história única. TED Ideas Worth Streading. **Chimamanda Adichie** (Dublada por Márcia Morelli) Direção de Dublagem: Christiano Torreão Versão Brasileira Eclipse. Disponível em:<https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript> Acesso em: 01 mar. 2021.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. A experiência de Belo Horizonte na promoção da igualdade racial na educação. **Paidéia**, Revista do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Social e da Saúde, Universidade Fumec Belo Horizonte, Ano 8, n. 11, p. 127-149, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/1313/894>. Acesso em: 20 ago 2020.